

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2024/2026

ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC – BIÊNIO 2024 A 2026. Ao 22º (vigésimo segundo) dia do mês de novembro do ano de 2024, às 14h, reuniram-se, de forma totalmente virtual. Conforme ofício circular convocatório nº 11/2024, enviado ao grupo virtual do plenário em 21/11/2024, e tendo sido atingido o quórum mínimo, foi declarada aberta a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura CONEC. Em virtude das ausências justificadas do Presidente e do Vice-Presidente, e diante dos poderes investidos, como Secretário-Geral, pelo Regimento Interno deste Conselho, assumiu o exercício da Presidência desta sessão o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** e para secretariar interinamente, convocou o conselheiro **MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA** representante da cadeira de Dança. Composta a Mesa Diretora, foi solicitado ao Secretário-Geral Interino que informasse o quórum da presente sessão. **Symone Farias** informou que se encontram presentes, além dos membros da Mesa Diretora, que representam as cadeiras do Audiovisual, os seguintes membros do Conselho com direito a voto: De forma remota: Candido Jeremias Cumarú Neto – Secretário de Cultura; Álvaro Serrão Monteiro – Titular – Representante da Cadeira de Literatura; Bjarne Lima Furtado – Titular – Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto; Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular – Representante da Secretaria da Fazenda; Dudson Campos Carvalho – Titular – Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias; Elson Silva da Rocha – Titular – Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval; Érica dos Santos Nascimento Cintra – Titular – Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus; Jordania Damasceno Galdino – Titular – Representante da Cadeira de Teatro; Lucimar Bezerra Marques – Titular – Representante da Cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica; Ludimar Nunes Gonçalves – Titular – Representante da Cadeira de Cultura Indígena; Marcos André Durand Pereira – Titular – Representante da Cadeira de Dança; Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular – Representante da Cadeira de Música; Priscila Sena de Souza – Titular – Representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas; Roberto Sá Gomes – Titular – Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas; Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular – Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; Vanderley Pinheiro – Titular – Representante da Cadeira de Circo; Wellisson Brito Batista – Titular – Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente. Convidados: Anne Paiva Alencar – Assessora de Políticas Culturais– SEC; Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva – Assessora de Políticas Culturais– SEC. Thiago Hermido da Silva. Assessor de Políticas Culturais– SEC. Agradecemos a presença nesta sessão. Sejam bem-vindos. Esse é o quórum de membros e participantes, senhor presidente. Dando prosseguimento aos trabalhos da plenária, o **Presidente** agradeceu ao Secretário-Geral Interino e

declarou suspensos o expediente e as proposições, passando à **ORDEM DO DIA**. Em seguida, concedeu a palavra ao Secretário-Geral Interino para a apresentação da pauta da sessão. **André Durand** informou que constavam na Ordem do Dia os seguintes assuntos: O Edital Mestres dos Saberes e suas Idiossincrasias; a prestação de contas dos 5% da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB); a continuidade da busca ativa, com definição dos municípios e das datas articuladas; e a definição da data para a nova escuta referente aos novos editais. Encerrada a leitura da pauta, a palavra retornou ao Presidente, que agradeceu ao Secretário-Geral Interino e deu início à apreciação do primeiro item da Ordem do Dia, referente ao **Edital Mestres dos Saberes e suas Idiossincrasias**. Para possibilitar a manifestação de todos os presentes, o Presidente suspendeu a moderação pelo prazo de quinze minutos. Em seguida, solicitou que as falas fossem limitadas a um minuto, pedindo à equipe técnica que colocasse o cronômetro na tela sempre que possível. Ele, então, iniciou a pauta, perguntando se alguém gostaria de se manifestar sobre a ordem do dia. **Vanderley Pinheiro** indicou que gostaria de acrescentar um item à pauta, mencionando um "quinto" ponto. **Mencius Melo** manifestou concordância com a proposta. **O Presidente** perguntou a Vanderley se ele queria incluir esse novo item na pauta e pediu para ele detalhar. **Vanderley Pinheiro** explicou que o item que estava propondo já havia sido mencionado anteriormente. **O Presidente**, questionou onde estava a informação sobre o item. **Vanderley Pinheiro** pediu para ele verificar o chat. **O Presidente**, então, solicitou que alguém lesse o conteúdo, pois estava com o roteiro aberto no celular e não conseguia acessar o chat. **Symone Farias** informou que o conselheiro Vanderley fez a seguinte sugestão às 3:44h: ele propôs a mudança na plataforma de inscrição dos editais para os próximos editais da Cultura Viva, sugerindo a remoção do item de preenchimento obrigatório da planilha de orçamento e cronograma. A proposta é que o proponente possa inserir apenas o seu documento em PDF, com as informações solicitadas, sem a necessidade de preencher item por item na plataforma, o que tem sido um grande obstáculo para vários fazedores de cultura. Finalizou, dizendo que essa é a solicitação do conselheiro Vanderley. **O Presidente** agradeceu e colocou a proposta em votação. Ele solicitou que os conselheiros favoráveis ao acréscimo da pauta número 5 se manifestassem, mantendo-se como estavam, e os contrários levantassem a mão. Em seguida, pediu manifestações de abstenções. **A proposta foi aprovada**. O Presidente, então, seguiu com o item 5 da pauta, referente ao edital Mestres e Mestras dos Saberes e suas idiossincrasias. Ele pediu que os conselheiros Mencius Melo, Jordânia Galdino, Vanderley Pinheiro e Ludimar Kokama se manifestassem, lembrando que cada um teria um minuto para sua fala. **Mencius Melo** O conselheiro Mencius Melo iniciou sua fala relatando uma situação delicada e desconfortável para o Conselho Estadual de Cultura (CONEC). Ele destacou que o conselho estava diante de um problema sério envolvendo o artista mestre Jair Mendes, que foi contemplado no edital, mas não conseguiu cumprir todas as etapas necessárias para garantir o prêmio. Segundo Mencius, o mestre Jair não enviou os documentos requeridos na terceira e última etapa do convênio, o que

o fez ser excluído da premiação. Mencionou que, ao tomar conhecimento dessa situação, procurou a doutora Anne para tentar encontrar uma solução para o impasse. Ela explicou que resolver o problema demandaria mobilizar toda a estrutura do Conselho, o que Menciús considerou um esforço excessivo, especialmente porque ele acreditava que seria pedir demais aos conselheiros naquele momento. O conselheiro continuou sua fala relatando que, apesar disso, a situação de Jair Mendes foi ainda mais agravada pela internação do artista, o que gerou uma grande comoção pública no estado. Jair Mendes é amplamente reconhecido como o maior artista plástico alegorista do Amazonas e, de acordo com ele, o maior do Brasil, devido à singularidade de seu trabalho, que é realizado de uma forma que apenas ele consegue fazer. Também mencionou que Jair Mendes está internado no Hospital Delfina, e que, apesar de ter sido anunciado como vencedor da premiação, ele infelizmente não conseguiu cumprir todas as etapas do edital. A situação do artista, que agora se encontra em estado de saúde muito fragilizado, causou um desconforto significativo, pois, de acordo com o conselheiro, o reconhecimento de sua trajetória artística é extremamente importante, especialmente considerando sua condição de saúde. Afirmou que Jair Mendes está em uma fase terminal de vida, pois um de seus rins parou de funcionar, e ele está acompanhando a situação junto à família do artista. Fez um apelo ao Conselho para que reconsiderasse a situação de Jair Mendes, ressaltando a importância de reconhecer o valor do mestre da cultura amazonense. Ele sugeriu que o CONEC e a Secretaria de Cultura do estado de Amazonas tomassem uma atitude de sensibilidade e generosidade para que Jair recebesse o prêmio que lhe foi concedido, visto que ele não tinha cumprido uma etapa apenas por questões burocráticas. Concluiu sua fala destacando a delicadeza de negar o prêmio a mestres de idade avançada, especialmente aqueles que estão em fase terminal de vida, como é o caso de Jair Mendes. Ele pediu, então, que o Conselho refletisse sobre essa situação e reconsiderasse a decisão, demonstrando empatia e respeito pelos mestres da cultura do estado.

Jordania Galdino iniciou sua fala desejando boa tarde a todos, destacando que o ambiente estava um pouco barulhento, mas ela faria o possível para ser clara e objetiva. Ela mencionou sua participação na comissão responsável pela construção do edital "Mestres e Saberes" e que, na época, a ideia central do edital era que ele se tornasse um prêmio sem a burocracia excessiva que atualmente está dificultando o acesso dos contemplados à premiação. Jordania explicou que, quando o edital foi planejado, ela e o conselheiro Everaldo estavam envolvidos no processo, e a intenção era tornar o prêmio acessível de forma mais direta, sem a imposição de exigências como a apresentação de documentos como CNH, certidão negativa, entre outros. A conselheira expressou sua indignação, afirmando que tais exigências não foram discutidas e aprovadas pelo pleno do conselho, e que ela não se lembra de nenhuma decisão nesse sentido. Ela pediu, inclusive, que algum conselheiro a lembrasse se algo relacionado a isso tivesse sido registrado em ata, pois, segundo ela, essa decisão não havia sido tomada de maneira clara durante a elaboração do edital. Deixou claro que não concordava com a burocratização do processo e que o

prêmio foi concebido para ser algo mais simples e acessível. Também enfatizou que o público-alvo dos editais são, em grande parte, pessoas idosas, muitas das quais não têm sequer documentos básicos, como certidão de nascimento. Ela apontou que muitos dos contemplados são fazedores de cultura que não têm condições de cumprir todas essas exigências documentais, o que torna o processo ainda mais complicado para eles. A conselheira expressou sua revolta com a situação, principalmente considerando o caso do mestre Jair Mendes, que está internado e precisando de recursos para sua saúde, mas não pode receber o prêmio devido à burocracia imposta. Ela classificou essa situação como desumana, afirmando que é inaceitável que um mestre da cultura amazonense, que está passando por dificuldades de saúde, não receba o reconhecimento e o apoio financeiro que lhe é devido, o Conselho tem total autonomia para resolver essa situação e modificar as condições estabelecidas para o acesso à premiação. Ela se posicionou claramente a favor de cancelar as exigências burocráticas e permitir que os contemplados recebam o prêmio diretamente, sem esses obstáculos. Ela concluiu sua fala agradecendo e desejando uma boa tarde a todos. **Ludimar Kokama** iniciou sua fala desejando boa tarde a todos e abordou a questão do edital dos "Mestres e Saberes". Ele destacou que, ao discutir esse edital, chegaram a um ponto crítico relacionado à idade dos contemplados. Ele mencionou que, como responsável pela cadeira de Cultura Indígena, não teve problemas com os contemplados dessa área, pois, segundo ele, não houve nenhum contato em busca de resolução de pendências. Ele acreditava que tudo estava em ordem, mas, ao mesmo tempo, reconheceu que a situação do edital precisa ser revista. Propôs que, no caso das premiações, a terceira etapa do processo fosse retirada, já que, para ele, o processo de inscrição já deveria ser suficiente para garantir a premiação. Segundo ele, uma vez que o artista já tenha se inscrito e passado pela seleção, não deveria haver a exigência de uma prestação de contas, a não ser em casos muito específicos. Ele defendeu que, em situações como a de Jair Mendes, em que a pessoa está enfrentando problemas de saúde ou outras dificuldades, as exigências burocráticas não deveriam ser um impedimento para o reconhecimento de sua trajetória e trabalho. Trouxe um ponto importante que é sobre a dificuldade dos fazedores de cultura mais velhos em comprovar seu trabalho, especialmente aqueles que já foram premiados anteriormente. Ele explicou que muitos desses artistas, especialmente os mais antigos, não possuem a documentação exigida, como certidões e outros documentos, mas que a apresentação de portfólios ou outros meios de comprovação de seu trabalho na cultura já deveria ser suficiente. Se posicionou a favor de que o prêmio fosse concedido ao mestre Jair Mendes, destacando que, para ele, o reconhecimento deve acontecer em vida. Ele mencionou que, se estivesse na mesma situação, gostaria de receber o reconhecimento enquanto ainda estivesse vivo, pois, após a morte, ninguém poderá usufruir dos benefícios de um prêmio. Essa foi a sua principal colocação, reiterando a importância de reconhecer a contribuição dos mestres enquanto ainda estão vivos. **Vanderley Pinheiro** se posicionou sobre a questão dos mestres, destacando a importância de se ter cuidado com os artistas mais

178 velhos, que muitas vezes estão no fim de suas vidas, mas que trabalharam a
179 vida inteira para a cultura. Ele compartilhou uma experiência pessoal,
180 mencionando que teve a oportunidade de trabalhar com um dos mestres, o
181 músico "Don Carioca", enquanto atuava como artista de rua. Explicou que
182 orientou Don Carioca a se inscrever no edital "Mestres e Saberes" para pleitear
183 o prêmio, um reconhecimento que ele acreditava ser justo, dado o longo tempo
184 de trabalho do artista, mais de 40 anos dedicados à arte de rua. O conselheiro
185 também afirmou que seria uma grande injustiça se um mestre como Don
186 Carioca, já no fim de sua vida, fosse impedido de receber o prêmio devido a
187 dificuldades como o desconhecimento dos processos burocráticos exigidos,
188 como a falta de documentação. Ele enfatizou que pessoas como essas, que
189 dedicaram tanto tempo à cultura, merecem reconhecimento, e que não deveria
190 haver obstáculos burocráticos para que eles recebessem os prêmios que têm
191 direito. Destacou que o pleno tem sim a capacidade de reverter essa situação
192 constrangedora, mencionando que até a Câmara de Vereadores havia mudado
193 algumas regras recentemente, atendendo às demandas da população. Com
194 isso, ele sugeriu que, de maneira sensata, o Conselho poderia, sim, corrigir o
195 que considerou um erro grotesco, garantindo que os mestres possam receber
196 seu reconhecimento. Por fim, afirmou ser favorável a buscar uma solução para
197 resolver essa questão e corrigir a situação que ele considera vergonhosa.

198 **Mencius Melo** fez um importante acréscimo à discussão ao informar que o
199 artista plástico Juarez Lima, discípulo de mestre Jair Mendes, faleceu. Ele relatou
200 que Juarez Lima estava na Áustria, na Europa, realizando um trabalho quando
201 sofreu um AVC. Mencius ressaltou que esse falecimento, somado à situação de
202 Jair Mendes, tem gerado grande constrangimento para todos os envolvidos,
203 dada a gravidade das circunstâncias que os dois artistas estão enfrentando. Ele
204 concluiu sua intervenção compartilhando essa triste notícia, que reforçou ainda
205 mais a urgência de resolver a situação de reconhecimento para os mestres da
206 cultura local. **André Durand** deu sua contribuição à discussão, destacando a
207 importância de se ter sensibilidade em relação aos mestres da cultura,
208 especialmente aqueles que ainda estão vivos, mas enfrentando dificuldades de
209 saúde ou outras adversidades. Ele compartilhou que teve a honra de conhecer
210 o mestre Jair Mendes, pois sua irmã foi namorada do artista, e enfatizou que
211 tanto Jair quanto seus filhos carregam o legado cultural de forma significativa.
212 André sugeriu que a cultura local poderia ser mais flexível em relação à entrega
213 dos prêmios, propondo que, ao invés de seguir com a burocracia tradicional, as
214 premiações fossem entregues diretamente ao tutor dos contemplados, de
215 maneira prática e sem gerar mais transtornos, especialmente em casos
216 delicados, como o de Jair Mendes. Ele concluiu sua fala expressando que isso
217 poderia ser resolvido rapidamente, para que as famílias e os contemplados não
218 passassem por mais dificuldades, deixando claro que ele apoiava a ideia de uma
219 solução mais ágil e humana para a questão. **Elson Rocha** abordou a situação
220 de Jair Mendes, destacando que, apesar de inicialmente haver dúvidas sobre a
221 documentação necessária, ele já havia encaminhado as certidões negativas de
222 débito do artista, o que não era mais um impeditivo para a premiação. Ele

ressaltou que a questão agora estava relacionada à internação hospitalar de Jair e pediu cautela nas discussões sobre a mudança das regras do edital. Enfatizou a importância de seguir a legislação e as normas estabelecidas, lembrando que, como conselheiros, não eram juízes ou desembargadores, mas sim responsáveis por seguir a lei e as diretrizes do edital. Ele sugeriu que, se fosse o caso, o edital poderia ter permitido a representação de terceiros desde o início, mas que agora era necessário ter cuidado para não alterar as regras após o edital já ter sido lançado, para evitar problemas jurídicos. Ao final, ele pediu prudência para que qualquer decisão fosse tomada com base no que a lei permitisse, reiterando que a situação de Jair Mendes exigia uma análise cuidadosa para garantir que fosse resolvida de maneira legal e adequada. O Presidente solicitou esclarecimento sobre a verba remanescente, questionando se, caso o conselho decida pagar aos mestres aprovados, ainda sobraria algum recurso para premiar outros quatro mestres. Ele fez a pergunta de forma direta, buscando entender a viabilidade financeira de atender a todos os contemplados dentro do orçamento disponível. **Anne Paiva** respondeu que, conforme o relatório enviado por e-mail no dia anterior, ainda há verba disponível para contemplar quatro mestres. Ela explicou que esses quatro mestres, que foram inicialmente contemplados, não conseguiram apresentar a documentação mínima necessária, o que possibilita o uso dos recursos restantes para premiá-los. **O Presidente** disse que considerando os argumentos apresentados, como o fato de os mestres serem pessoas com dificuldades de letramento digital, estarem acamados e enfrentando problemas de saúde, e a unanimidade em torno da classe, solicitou que fosse reconhecido o direito desses quatro mestres ao prêmio. Ele argumentou que, devido a essas condições excepcionais, o colegiado, como órgão com poder administrativo, tem a autoridade para destinar os valores disponíveis, como os recursos da Lei Paulo Gustavo e da verba de editais multiculturais, para premiar esses mestres, considerando-os fora de qualquer concurso formal. Ele pediu que a Assessoria de Políticas Culturais (ASPC) e todos os membros do colegiado tomassem as devidas providências para garantir o pagamento dos prêmios a esses mestres. **Anne Paiva**, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, informou que a Secretaria já está em contato com as famílias dos mestres contemplados, como Jair Mendes e Juarez Lima, e que qualquer solicitação das famílias seria atendida conforme as necessidades. Ela esclareceu que, até o momento, as famílias não haviam feito nenhuma solicitação formal à Secretaria, mas que o diálogo continua aberto, e a Secretaria está disposta a ajudar no que for necessário. No entanto, destacou que a premiação, conforme estabelecido no edital e pela legislação vigente, segue regras rigorosas que exigem a apresentação de certidões e outros documentos para garantir a legalidade do uso de recursos públicos. Ela explicou que o decreto federal e a minuta do MinC, que são utilizados como base para os editais, exigem a solicitação dessas certidões para possibilitar a premiação. Portanto, não seria viável conceder o prêmio sem cumprir essa exigência legal, pois o uso de recursos públicos está condicionado à apresentação da documentação necessária. **O Presidente** informou que, diante da situação, o

colegiado decidiu abrir uma exceção para aceitar os documentos necessários, mesmo que fora do prazo estabelecido. **Anne Paiva** explicou que, caso o Conselho decida pela mudança, a ata será solicitada e encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado, que é o órgão jurídico responsável. Ela ressaltou que, embora o pleno tenha poder de decisão, essas decisões devem estar dentro dos limites legais e da legalidade. **O Presidente** esclareceu que a doutora Anne Paiva estava tentando dizer é que o Conselho estaria "mexendo em um vespeiro" e, como consequência, um grande problema (um "rojão") poderia surgir. Ele perguntou aos membros se estariam dispostos a "segurar esse rojão", ou seja, a lidar com as possíveis complicações e repercussões dessa decisão. **Anne Paiva** esclareceu que, na verdade, não era isso. **Elson Rocha** disse que a situação envolve consulta à lei e que é necessário aguardar, porque tem que ter o pé no chão da em relação as suas atitudes. Ele enfatizou que as ações do conselho seriam baseadas no que a legislação permitisse. Também destacou que não via a situação como uma guerra. **O Presidente** informou que, diante das discussões, a próxima etapa seria redigir uma peça bem estruturada, incorporando todos os argumentos apresentados durante a reunião. Ele agradeceu a participação de todos e declarou que a resolução estava encaminhada, solicitando, em seguida, a continuidade da pauta para o próximo ponto. **Álvaro Monteiro** disse que o Mestre contemplado Wilson Nogueira explicou que apresentou todas as certidões necessárias, mas ainda assim há um bloqueio que impede o recebimento do prêmio. Ele detalhou que Wilson está resolvendo essa questão junto à Secretaria da Fazenda (Sefaz), pois houve um processo em que ele recebeu um acórdão favorável, mas, apesar disso, a Sefaz ainda não retirou o bloqueio em seu nome. Informou que essa situação está sendo verificada. **O Presidente** solicitou ao assessor jurídico, Dr. Sérgio, que prestasse orientação sobre a situação do artista Wilson de Souza Nogueira. **Anne Paiva** esclareceu que, conforme as informações disponíveis sobre os mestres, o Sr. Wilson de Souza Nogueira encontrava-se bloqueado no AFR. Explicou que os pagamentos realizados por meio dos editais de fomento são considerados transferências voluntárias e que, quando o beneficiário não presta contas corretamente dos recursos recebidos, torna-se inadimplente, ficando impedido de receber novos recursos públicos. Informou que esse controle é realizado pelo sistema AFR e que o Sr. Wilson de Souza Nogueira permanecia bloqueado, salvo engano, desde 2013 ou 2017, em razão de irregularidades na prestação de contas de recursos recebidos por meio do programa Pontos de Cultura. Esclareceu, ainda, que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu não possuir competência para analisar o caso, por se tratar de recursos federais, cuja competência é do Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, como o TCU ainda não havia apreciado a matéria, o bloqueio permanecia ativo, motivo pelo qual, nos termos do edital, o candidato encontrava-se desclassificado. **O Presidente** reagiu positivamente à informação fornecida por Anne Paiva, considerando-a útil. Ele reconheceu que, embora a situação de Wilson de Souza Nogueira envolva um bloqueio no sistema, a explicação fornecida foi esclarecedora, pois permite entender em que estágio está o processo de

bloqueio e quais os próximos passos necessários para resolvê-lo. Enfatizou que a informação não é ruim, mas sim importante, pois ajuda a identificar a origem do bloqueio e sugeria que, em alguns casos, o problema. **Mencius Melo** parabenizou a equipe pelo apoio demonstrado ao mestre Jair, destacando que em primeiro lugar, o que está sendo discutido não é um caráter. Donativo mas sim como um reconhecimento institucional pelo papel importante que Jair desempenhou na cultura local. Ele enfatizou que o prêmio é uma forma de reconhecer formalmente a trajetória e contribuição do mestre, o que não deve ser confundido com uma doação. Em seguida, fez uma solicitação direta a Anne Paiva, questionando quanto tempo seria necessário para que a demanda de liberação dos prêmios para os mestres, incluindo Jair Mendes, fosse deliberada pelo órgão responsável, uma vez que o prazo poderia ser crucial. Ele mencionou a situação delicada de Jair, que está internado e com problemas de saúde graves, destacando que o tempo de resposta era importante, pois Jair não tinha muito tempo de vida. Também expressou sua preocupação em manter a família de Jair informada, mas sem criar expectativas que poderiam não ser atendidas de imediato. Ele mencionou que não havia comunicado nada à família até aquele momento, para evitar gerar falsas esperanças, e por isso precisava saber qual seria o tempo necessário para que a resposta fosse dada à família. **Anne Paiva** explicou que, uma vez que a ata seja apresentada à Secretaria e encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), haverá um prazo para análise. O processo entrará na fila de pareceres da Procuradoria Geral da República (PGR), que será responsável por analisar a situação, considerando o âmbito jurídico de todo o estado. Em seguida, informou que a PGE representa o estado na via judicial, o que torna impossível estabelecer uma data exata para a resposta. O que pode ser feito, segundo a assessoria, é tentar verificar se a PGE conseguirá fornecer uma resposta em um prazo de 15 dias, que é o prazo normal para respostas a esse tipo de solicitação. **O Presidente** solicitou que, no pedido, fosse acrescentado que o caso é urgente devido à questão de saúde. Ele também pediu que a última manifestação fosse registrada e informou que as inscrições sobre o tema seriam encerradas. **André Durand** sugeriu que o Presidente convocasse também os representantes da PGR, além de Doutora Luciane Goulart e Evaldo Araújo, ambos do Tribunal de Contas da União (TCU), para uma reunião colegiada. O objetivo seria buscar apoio deles para resolver a situação pendente do mestre, relacionada ao TCU. **O Presidente** solicitou que o conselheiro encaminhasse a solicitação à Secretaria. A solicitação entraria em análise para verificar junto aos setores administrativos se seria possível atender o pedido. Para encerrar a pauta, foi solicitado que a ata fosse encaminhada em até 24 horas, para que a Assessoria de Políticas Culturais (ASPC) pudesse realizar o trabalho de consulta sobre a legalidade e preservação do fundo estadual de cultura. Dessa forma, seria possível determinar se o pagamento e o recebimento de documentos fora do prazo poderiam ser feitos. Foi decidido aguardar até o dia 2 da próxima reunião ordinária para obter uma atualização sobre esse prazo. **Symone Farias** informou que não seria possível entregar a ata em 24 horas. **O Presidente** questionou quanto tempo seria necessário, e



Symone Farias respondeu que precisaria de no mínimo 3 dias úteis. Assim, foi estabelecido que o prazo para entrega seria até quarta-feira até 23: 59. **Elson Rocha** levantou uma questão de ordem, sugerindo que, ao tomar a decisão, não estavam estabelecendo um prazo claro. Ele sugeriu que seria mais adequado trabalhar na prorrogação do prazo para a documentação, o que facilitaria a aprovação pela PGE. Ele argumentou que, sem uma data específica para o período de prorrogação, o pedido poderia ser problemático. **O Presidente** respondeu que a lei Paulo Gustavo não tinha mais prazo, mas **Elson Rocha** reiterou a importância de fixar um período de prorrogação para formalizar a solicitação, pois um pedido sem prazo definido poderia complicar a aprovação. **O Presidente** perguntou a Anne Paiva o que ela achava sobre a situação em questão, e **Anne Paiva** respondeu que já havia expressado sua opinião no relatório que havia enviado anteriormente. **O Presidente** comentou, de maneira informal, que estava ocupado com a preparação da pauta, a busca ativa e outras responsabilidades, **Anne Paiva** expressou sua preocupação sobre a solicitação de reabertura de um prazo já vencido. Ela afirmou que essa ação poderia ser considerada ilegal, pois o prazo expirou e não seria possível reabri-lo. Além disso, ela destacou que tal decisão poderia prejudicar os candidatos na lista de cadastro reserva, ferindo seus direitos. Alertou que, além de haver um cadastro reserva, as pessoas que não forem contempladas também têm o direito de recorrer judicialmente, o que poderia bloquear o processo. Ela destacou que o prazo para efetuar os pagamentos é até o dia 31 de dezembro, e caso o processo não seja concluído até essa data, o recurso retornará ao governo federal. **Anne Paiva** destacou que, apesar do cadastro reserva existir, os candidatos não contemplados podem recorrer à justiça, o que poderia causar um bloqueio no processo, já que o prazo para efetuar os pagamentos é até o dia 31 de dezembro. Caso o processo não seja concluído até essa data, os recursos voltariam ao governo federal. **O Presidente**, então, interrompeu a discussão, pedindo que as questões ficassem sob consulta, enfatizando a necessidade de abordagem calma e aberta sobre as possíveis brechas legais. Ele agradeceu a opinião de Anne e anunciou uma pausa de 15 minutos para a reunião. **André Durand** informou que a segunda pauta da reunião é sobre a Prestação de Contas, conforme solicitado pelo Presidente. Na sequência, a Assessora de Políticas Culturais, **Luciane Ituassú**, apresentou a primeira prestação de contas referente aos 5% destinados à operacionalização da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) 2023. Informou que o valor total do recurso recebido foi de R\$ 38.498.834,00, dos quais 5%, correspondentes a R\$ 1.924.941,70, foram destinados à operacionalização. Esclareceu que a aplicação desses recursos, conforme deliberação do Conselho, contemplou despesas com recursos humanos, passagens fluviais e terrestres por meio de ata de registro de preços, hospedagens também por ata de registro de preços, material impresso e contratação de equipamentos Starlink para fornecimento de internet móvel. Prosseguindo, apresentou a planilha referente aos recursos humanos, composta pelas equipes de coordenação do Cetam, coordenação de equipe, articuladores institucionais, agentes cadastrais, equipe de heteroidentificação, oficineiros,

equipe administrativa, técnicos de seleção, avaliadores de projetos, equipe de validação e agentes de monitoramento. Informou que o valor destinado aos recursos humanos totalizava R\$ 954.500,00, acrescido da obrigação patronal de 20%, equivalente a R\$ 190.900,00, perfazendo o montante de R\$ 1.145.400,00. Em seguida, detalhou o planejamento inicial para as demais despesas, informando a previsão de aquisição de 535 passagens, no valor de R\$ 493.901,30; 652 diárias de hospedagem, no valor de R\$ 260.800,00; contratação de serviços de internet Starlink, estimada em R\$ 10.800,00; e material impresso, no valor de R\$ 11.640,40. Na atualização da aplicação dos recursos, informou que foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Cetam no valor de R\$ 1.145.400,00, correspondente à soma dos recursos humanos e da obrigação patronal. Esclareceu que, durante a execução, foram realizados ajustes aprovados pelo Conselho, reduzindo-se de nove para oito equipes de trabalho e de dezesseis para quinze articuladores institucionais, em razão do desligamento de uma integrante. Informou, ainda, que a coordenação de logística foi reduzida para apenas um profissional, considerando que as emissões de passagens e hospedagens passaram a ser realizadas pelos próprios sistemas do Governo do Estado. Comunicou também que houve ampliação do período de contratação de parte dos articuladores institucionais e dos oficineiros, conforme a necessidade da execução das atividades. Durante a apresentação, o **Presidente** interrompeu a exposição para questionar quais oficineiros haviam recebido pagamento referente a dois meses de atuação. **Luciane Ituassú** respondeu que se tratava de Everton, Roberto e Valdete, indicados anteriormente pelo próprio Presidente. Este registrou que tais profissionais permaneciam à disposição para atuar em futuros mutirões de inscrição na cidade de Manaus, especialmente nas áreas periféricas, autorizando a continuidade da apresentação. **Luciane Ituassú** informou que já haviam sido processadas as folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro, bem como a folha de novembro, prevista para pagamento ao final do mês, todas previamente encaminhadas aos conselheiros por meio eletrônico. Esclareceu que, até aquele momento, haviam sido utilizados R\$ 576.600,00, restando saldo de R\$ 568.800,00 no Acordo de Cooperação Técnica. Acrescentou que, em razão do encerramento do exercício financeiro, o acordo seria finalizado, com devolução do destaque orçamentário ao Fundo Estadual de Cultura, permitindo a celebração de novo acordo no exercício seguinte, caso houvesse interesse do Conselho. Na sequência, apresentou a execução das despesas com passagens fluviais e terrestres, informando a celebração de contrato administrativo no valor de R\$ 318.154,85, contemplando 350 passagens fluviais e 185 terrestres. Informou que o faturamento disponível correspondia apenas ao mês de outubro, totalizando R\$ 27.266,02, uma vez que o faturamento de novembro ainda não havia sido concluído. Destacou que, em comparação ao planejamento inicial, a contratação por meio de ata de registro de preços gerou economia de R\$ 175.746,45, permitindo eventual suplementação do contrato caso permanecesse saldo disponível na ata utilizada pelo Estado. Quanto às hospedagens, informou que foi firmado contrato no valor de R\$ 194.948,00, contemplando 652 diárias. Esclareceu que o faturamento

registrado até o momento correspondia ao mês de novembro, no valor de R\$ 70.040,32, equivalente a 200 diárias, permanecendo saldo contratual de R\$ 134.907,68. Ressaltou que, assim como ocorreu com as passagens, a contratação por ata de registro de preços proporcionou economia de R\$ 65.852,00, possibilitando futura suplementação, caso houvesse disponibilidade na ata. Em relação ao material impresso, informou que, embora estivesse previsto no planejamento inicial, verificou-se que os recursos estimados seriam insuficientes e não haveria tempo hábil para realização de processo licitatório. Assim, todas as despesas referentes à produção de cartilhas, camisas, canecas, ecobags, canetas, panfletos, banners e adesivos foram custeadas exclusivamente com recursos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, sem utilização dos recursos destinados aos 5% da operacionalização da PNAB. Da mesma forma, esclareceu que a contratação de oito equipamentos Starlink, no valor de R\$ 12.300,00, também foi realizada integralmente com recursos da Secretaria, e não com recursos da operacionalização. Em razão disso, informou que houve economia de R\$ 22.440,40 no planejamento inicial, valor que poderia ser remanejado para outra finalidade, mediante deliberação do Conselho. Ao concluir a apresentação, **Luciane Ituassú** apresentou o resumo contábil da execução, informando saldo de R\$ 568.800,00 referente aos recursos humanos, saldo de R\$ 134.907,68 nas hospedagens e esclarecendo que o saldo das passagens ainda dependia do fechamento do faturamento do mês de novembro. Informou, por fim, que, somadas as economias obtidas nas contratações de passagens, hospedagens, material impresso e serviços de internet, havia uma economia de planejamento no valor de R\$ 274.038,85. **O Presidente** abriu para moderação da reunião. Ele mencionou que precisaria se retirar, juntamente com a conselheira Lucimar Marques, pois estavam com uma agenda oficial na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maués. Explicou que após uma conversa de aproximadamente meia hora com os representantes da Secretaria, retornariam à reunião. Ele indicou que o conselheiro André Durand, assumiria a presidência temporariamente juntamente com o conselheiro Ludimar Kokama. **André Durand**, solicitou que o conselheiro **Ludimar Kokama** **assumisse a presidência para dar continuidade ao trabalho**. Ele mencionou que estava com um sinal limitado. Em seguida, **Ludimar Kokama** com os poderes que lhe foram conferidos, assumiu a presidência da reunião e convocou o conselheiro Vanderley Pinheiro, da cadeira de Circo, para compor a Secretaria da reunião. **Vanderley Pinheiro**, por sua vez, respondeu prontamente, solicitando ao Presidente que prosseguisse com a próxima pauta da reunião. **O Presidente Ludimar Kokama** perguntou à doutora Luciane se havia mais alguma coisa a ser abordada ou discutida sobre a planilha de apresentação da prestação de contas que ela havia feito. Ele parecia estar verificando se algum detalhe adicional ou esclarecimento era necessário antes de avançar para a próxima pauta da reunião. **Luciane Ituassú** respondeu que não, pois toda a prestação de contas já foi apresentada. **O Presidente** perguntou aos participantes se alguém tinha algo a acrescentar ou questionar sobre o assunto discutido. Ele pediu que os interessados se manifestassem e mencionou que a

palavra ficaria aberta por um minuto para essas contribuições. **André Durand** questionou se o saldo restante de R\$ 22.440,04, que foi mencionado anteriormente, poderia ser utilizado para a aquisição de compra de internet Starlink Imóvel. **Luciane Ituassú** explicou que, em relação ao saldo de R\$ 22.440,04, seria possível fazer aquisições, mas para isso seria necessário realizar um procedimento licitatório. Ela destacou que, considerando o exercício financeiro, esse ano não seria mais possível, mas para o ano de 2025, com o início do novo exercício financeiro, abrir-se-iam todos os sistemas e seria possível solicitar a abertura de procedimento licitatório. Além disso, fez uma observação importante. Ela explicou que, quando as tratativas sobre os planos e o planejamento das ações começaram, o planejamento inicial incluía a aquisição de produtos que, com certeza, teriam uso permanente. No entanto, para fazer esse tipo de aquisição, é necessário seguir algumas etapas. Ela mencionou que, primeiro, seria preciso adquirir os equipamentos, as antenas, mas observou que, por si só, as antenas não funcionam. Elas precisariam de um pacote de dados, que só poderia ser adquirido por meio de um cartão de crédito internacional. O custo mensal do pacote de dados gira em torno de R\$ 500 a R\$ 600. Ressaltou que, como a instituição não possui cartão de crédito internacional, foi tomada a decisão de não buscar uma orientação sobre como realizar esse procedimento, dado o tempo curto disponível. Assim, optaram por fazer o aluguel do serviço. Ela explicou que, como o valor do planejamento era insuficiente e não havia tempo hábil para correr com o processo administrativo, a solução encontrada foi realizar o aluguel por meio da Secretaria de Estado. **Vanderley Pinheiro** iniciou seu questionamento mencionando que, inicialmente, havia sido feita uma programação, mas que, pelo visto, ela havia sido completamente modificada. Ele mencionou que Luciane já havia falado sobre o distrato por parte da SEC junto ao CETAM. No primeiro momento, essa abordagem seria permanente por 6 meses, e já vai ser extinto. Finalizou perguntando como a situação ficará a partir daquele mês. **Luciane Ituassú** explicou que, no primeiro planejamento, não foi feita a devida observação em relação à alocação de recursos. Ela esclareceu que, inicialmente, o valor referente à ação de busca ativa seria pago apenas durante um mês de execução. No entanto, conforme a orientação do Secretário Geral, esse valor foi replicado para outros meses. Detalhou que, no planejamento inicial, o valor bruto mensal para os articuladores institucionais da ação de busca ativa era de R\$ 7.000,00. Esse valor estava previsto para ser pago no primeiro mês da ação de forma direta, e nos meses seguintes as funções seriam voltadas para a avaliação do edital de avaliadores. Além disso, além do valor de R\$ 7.000,00, os articuladores também receberam um valor de R\$ 3.000,00 brutos. E, além desses dois valores, também estariam previstas ações como agentes de monitoramento, que deveriam receber o valor bruto de R\$ 5.000,00. Observou que, na planilha original, estava previsto que o valor de R\$ 7.000,00 fosse pago apenas no primeiro mês. No entanto, hoje, ela mencionou que existem conselheiros que estão recebendo o valor de R\$ 7.000,00 por três meses consecutivos. Essa alteração, de acordo com ela, causou uma modificação no quantitativo reservado

para as ações subsequentes, prejudicando, assim, a execução das ações planejadas e comprometendo a permanência dos valores fixos. Sobre o distrato, Luciane esclareceu que ele aconteceu devido ao exercício financeiro, uma vez que os recursos não eram vinculados diretamente ao CETAM, mas sim ao Fundo Estadual de Cultura. Como os recursos não poderiam ser mantidos no orçamento do CETAM após o encerramento do exercício financeiro, seria feito um distrato do acordo de cooperação. Isso resultaria na devolução do saldo remanescente dentro dos sistemas orçamentários, para que o valor fosse devolvido ao Fundo Estadual de Cultura. Ela comentou que, com isso, seria possível fazer um novo acordo a partir de fevereiro do ano seguinte, dando continuidade às ações, conforme o novo exercício financeiro. **O Presidente** perguntou se algum outro conselheiro gostaria de falar e, em seguida, direcionou uma pergunta à doutora Anne. Ele esclareceu que sua dúvida era em relação à apresentação de Luciane. O primeiro ponto que questionou foi sobre o encaminhamento da apresentação: ele perguntou se ela seria enviada por e-mail aos conselheiros ou se seria compartilhada no grupo geral. **Ituassú** respondeu que poderia encaminhar a apresentação. **O Presidente** então respondeu que estava tudo tranquilo e passou a fazer uma nova observação. Ele questionou sobre os contratos em ata, mais especificamente sobre as passagens e hospedagem. Solicitou que, se possível, Luciane incluísse as informações na apresentação. Ele mencionou que, conforme a apresentação, havia 350 passagens fluviais, e perguntou se todas essas passagens já haviam sido utilizadas. **Luciane Ituassú** explicou como funciona o processo. Ela disse que as informações já estavam enviadas por e-mail para todos os conselheiros, incluindo os contratos das atas de registro de preço, as folhas de pagamento, o faturamento da hospedagem e o acordo de cooperação. Ela confirmou que o conselheiro Pedro Cacheado havia solicitado os documentos e, como resposta, ela encaminhou todos os que estava em posse. Continuou explicando o processo, detalhando que, ao observar a ata de registro de preço, ela tentaria abrir o documento para dar mais detalhes. Detalhou sobre os contratos de passagens terrestres e fluviais. Ela explicou que o valor unitário para passagens terrestres é de R\$ 281,01, conforme determinado na ata de registro de preço. Este valor é multiplicado pela quantidade de passagens previstas no plano de trabalho, com a estimativa sendo baseada na necessidade de alcançar 36 municípios. Ela mencionou que o valor pode variar dependendo do trecho, e que o quantitativo é estimado, pois é necessário um saldo de empenho para a utilização dos valores. Explicando que o saldo do contrato está vinculado ao empenho e que, enquanto houver saldo de empenho disponível, as passagens podem ser compradas ou as hospedagens reservadas. Ela indicou que, embora o valor global do contrato para passagens fluviais e terrestres seja de R\$ 318.154,85, ela não podia fornecer o saldo exato no momento, pois a empresa ainda estava faturando, mas que as ações realizadas até então não ultrapassaram o orçamento. Além disso, explicou que os contratos administrativos podem durar de um exercício para outro. Portanto, os contratos de passagens e hospedagens podem continuar válidos entre 2024 e 2025, o que

permitirá a continuidade da emissão de passagens e reservas de hospedagem sem a necessidade de formalizar um novo contrato. Ela questionou se a explicação estava clara para os conselheiros. **O presidente** questionou se o saldo final seria conhecido em dezembro, quando o faturamento de hospedagem e transporte terrestre fosse fechado. **Luciane Ituassú** respondeu que a hospedagem já estava fechada, mas o faturamento para o transporte terrestre e fluvial ainda precisava ser finalizado, com o fechamento dependendo do faturamento de novembro. Ela explicou que o único fator que poderia influenciar o fechamento seria o faturamento de novembro, que ainda precisava ser processado para ser descontado na conta. Explicou que a única coisa que pode influenciar os valores restantes seriam ações realizadas até o final do ano. Ela comentou que a contabilidade da hospedagem já estava fechada, pois foi possível concluir o processo. A dificuldade estava com as passagens, pois o processo precisa ser realizado por meio do CDP, o sistema de controle de diárias e passagens do estado do Amazonas. Como a passagem depende da Secretaria de Administração do Estado, o processo acaba sendo mais demorado. Já a hospedagem não requer o uso desse sistema, o que permitiu o fechamento mais rápido dos valores relacionados. A assessoria de políticas culturais da Secretaria de Cultura ajudou a fechar as viagens realizadas, e, assim, os saldos de contrato de hospedagem já foram contabilizados, incluindo as diárias realizadas. **Vanderley Pinheiro** perguntou se a viagem prevista estava inclusa no saldo mencionado anteriormente. **Luciane Ituassú** explicou que a viagem ainda não estava prevista no saldo. Ela afirmou que a viagem para Humaitá não foi contabilizada até aquele momento, pois o faturamento do mês de novembro ainda não foi fechado devido ao sistema. Ela mencionou que estava aguardando a autorização da SEAD (Secretaria de Administração) para poder emitir as passagens, e que havia cobrado a liberação o dia inteiro. Ela informou que a expectativa era de que a situação fosse resolvida, e a viagem estava prevista para sair no dia 26, mas as passagens só poderiam ser emitidas a partir do dia 27. Ela também afirmou que a solicitação de compra foi feita para a data de 27, mas não havia dado esse feedback antes, pois ainda não havia recebido retorno da SEAD. Explicou que essa viagem não estava contabilizada na prestação de contas, pois ainda faltava a autorização para emitir as passagens. A expectativa era de que essa viagem fosse incluída em uma segunda prestação de contas, provavelmente no final de 2024. **Vanderley Pinheiro** informou que a próxima pauta seria a continuidade da busca ativa nos municípios e a data de execução, mencionando também a participação dos articuladores. **Luciane Ituassú** comentou sobre o andamento das ações de busca ativa nos municípios. Ela mencionou que recebeu várias ligações de conselheiros, tanto questionando por que novas viagens seriam realizadas quanto perguntando quando essas viagens aconteceriam. Diante dessas manifestações, ela achou prudente levar o assunto ao pleno para que todos os conselheiros entendessem o status atual da situação. Explicou que, até 15 e 16 de dezembro, estavam alinhados com os conselheiros e os trajetos planejados (terrestres e fluviais) estavam sendo seguidos. No entanto, devido a circunstâncias imprevistas, não conseguiram cobrir todos os

municípios conforme o planejamento inicial, especialmente considerando a complexidade da logística do estado. Ela destacou que, apesar disso, receberam pedidos e telefonemas de pessoas diretamente do secretário, questionando os critérios de escolha dos municípios e solicitando que a ação de busca ativa chegasse a outros municípios que não foram atendidos. A partir desses pedidos, alguns municípios foram destacados, como o caso de uma cidade, onde o secretário de Cultura se comprometeu a organizar o transporte de fazedores culturais de comunidades vizinhas para participarem da ação de busca ativa. Além disso, Luciane mencionou a proposta de uma viagem para Humaitá, que teria início no dia 27 e retorno previsto para o dia 2, com o objetivo de levar a ação para esse município e suas comunidades vizinhas. Entretanto, ela também comentou que a proposta de visita a Iranduba foi cancelada devido às condições inadequadas de hospedagem para a equipe. Citou Anamá como outro município que também está sendo articulado para receber a ação de busca ativa do estado. Falou sobre o município de **Silves**, que já tinha articulação, e explicou que quando ela falava sobre articulação, queria dizer que já havia sugestões de datas e locais disponibilizados pelo município para realizar a ação de busca ativa. Ela afirmou que Silves já estava incluído na lista de municípios onde a ação de busca ativa poderia ocorrer, e seguiu mencionando outros municípios que também já estavam sendo considerados, como **Borba, Nova Olinda, Iranduba e Maués**. Destacou que, ao dizer que já havia articulação, estava se referindo à disponibilização das datas e locais por parte dos municípios, mas que ainda precisava entender melhor a logística das viagens e a viabilidade das datas propostas. Ela explicou que o processo de articulação estava em andamento e que os municípios já haviam feito sugestões de datas e locais para as ações de busca ativa. Explicou que a intenção era entender, junto ao pleno, se seria possível e se havia interesse em realizar as próximas ações nos municípios já listados ou se algum município deveria ser acrescentado ou retirado da proposta inicial. Ela também questionou se seria possível contar com o auxílio dos conselheiros para verificarem, junto aos indicados por eles, a disponibilidade de complementar a ação já iniciada. Lembrou que, inicialmente, o planejamento previa 30 dias contínuos de ações, mas, devido às circunstâncias, isso não foi possível. Ela destacou a necessidade de interromper as viagens, principalmente por conta do evento promovido pelo Ministério da Cultura, que impediu a continuidade do cronograma. Ela ressaltou que todos os municípios mencionados estavam articulados, com datas e locais definidos, de acordo com a disponibilidade e a vontade dos próprios municípios. O que ainda era necessário, segundo Luciane, era apenas a confirmação das equipes que iriam realizar as ações, já que os horários e locais estavam prontos. **O Presidente** disse que a equipe dele não está mais disponível para realizar viagens. Ele explicou que a equipe 5, composta pela oficineira e pela administradora, não tem mais tempo, pois elas têm outro trabalho. Além disso, o oficineiro também tem outros compromissos. Mencionou que, inicialmente, a viagem para o Rio Negro havia sido planejada, mas a equipe já havia solicitado afastamento para isso. A viagem para o Rio Negro, que estava prevista para durar 15 dias, foi quase

confirmada, mas ele indicou que essa viagem já não estava mais no planejamento. Ressaltou que a viagem anterior foi alterada e, como resultado, as 8 equipes seriam distribuídas para outros destinos, conforme o planejamento já definido anteriormente. Agora, ele confirmou que as equipes não têm mais disponibilidade para sair, pois possuem outros afazeres. **Vanderley Pinheiro** disse que entendeu de forma diferente. Ele explicou que, na visão dele, cada equipe ficaria responsável por um trecho específico, e não haveria a obrigatoriedade de permanecer 30 dias. O compromisso seria apenas cumprir as viagens previamente estabelecidas para o seu respectivo trecho. Mencionou que, pelo menos para ele, não ficou claro que seria necessária a permanência das pessoas para viagens adicionais que surgissem. **Luciane Ituassú** mencionou que o assunto havia sido abordado anteriormente, especialmente na reunião geral que ocorreu na caverna. Ela explicou que, quando disse que gostaria de contar com o auxílio da equipe, não estava falando sobre obrigar ninguém. Ela comentou que a equipe gostaria de contar com esse apoio, pois entendeu que o processo desse ano foi difícil, com várias dificuldades no planejamento devido à dependência de outros órgãos e situações externas para fechar as datas. Ela mencionou: "Eles não conseguiram, desde o começo do ano, ter um planejamento bem fechado, pois sempre estavam dependendo de outra situação para poder fechar as datas." Destacou que, naquele momento, não estava falando em imposição ou obrigatoriedade, mas sim pedindo um auxílio. Ela indicou que as equipes, por terem mais proximidade com as pessoas, poderiam ajudar na indicação dos membros. Ela também mencionou que poderia haver situações em que algumas pessoas, que já haviam cumprido suas tarefas, não estivessem dispostas a participar novamente. Além disso, comentou que algumas equipes poderiam ser realocadas para cobrir municípios onde outra equipe precisou cancelar. Esclareceu: "Ela também não tem como obrigar essas pessoas, pelo fato delas serem apenas equipes que fizeram um município. Seriam essas equipes que fariam os outros municípios." Ela afirmou que a questão era uma sugestão e que, no momento, a equipe precisava encontrar um consenso. Ela acrescentou: "Ela só gostaria de saber a opinião de todos sobre a possibilidade de, pelo menos, manter Humaitá." Ela aproveitou a oportunidade para agradecer ao Conselheiro Ludimar, dizendo que, devido às dificuldades em fechar a equipe de Humaitá, ele gentilmente aceitou fazer a função de identificador nessa viagem, acompanhando o Conselheiro Vanderley nessa função. Concluiu dizendo: "Os municípios que sugeriram foram articulados, pois pensaram que seria possível realizar, mas como houve uma grande dificuldade na articulação da primeira leva de viagens, tentaram adiantar as ações para ter um cenário mais favorável. No entanto, se não fosse possível realizar as viagens, a equipe teria que entrar em contato com os municípios para informar sobre o cancelamento, sem problema algum". **O Presidente** mencionou que, anteriormente, foi dito que havia três oficinas à disposição por mais um mês e que o pagamento seria realizado por dois meses, conforme o que o Secretário Pedro havia colocado. Ele também mencionou que seria realizada uma busca ativa em Manaus, no formato de mutirão. Em seguida, ele pergunta se há uma

718 previsão para a realização do evento de busca ativa em Manaus. **Luciane**
719 **Ituassú** respondeu que a previsão para a busca ativa em Manaus era para a
720 última semana do edital, que corresponderia à primeira semana de dezembro.
721 No entanto, ele destacou que a realização do evento dependeria também do que
722 o plenário decidisse. **Vanderley Pinheiro** sugeriu que fosse dado mais 5 dias
723 para dar uma resposta à doutora, pois ela precisava formalizar quais municípios
724 estavam aptos e dispostos a receber as ações. Ele afirmou: "Formalize quais são
725 os municípios que estão aptos e dispostos a receber as ações, para que nós
726 possamos, entre nós, entrar em conjunto, em comum acordo, porque tudo tem
727 que ser decisão da maioria". **Luciane Ituassú** explicou que faria um compilado
728 das informações e enviaria por e-mail para o administrativo, solicitando que
729 encaminhassem para todos os envolvidos. Ele perguntou se seria possível, pelo
730 menos em relação a uma questão, definir algo ainda naquele dia. No entanto,
731 ele ressaltou que a decisão final dependia da autorização da SEADE para a
732 emissão das passagens. O Controle Interno explicou: "Ele depende da decisão
733 da autorização da SEADE para a emissão das passagens. Caso a autorização
734 seja dada, mas a cidade não autorize, não será possível realizar. No entanto, se
735 tanto a autorização da SEADE quanto a da cidade forem concedidas, ele
736 ratificaria as datas com a equipe." **O Presidente** perguntou se a equipe de
737 Humaitá estava fechada, mencionando que ainda estava em aberto. **Luciane**
738 **Ituassú** respondeu que a equipe estava fechada, mas que havia uma função
739 específica que ainda não estava definida. **O Presidente** questionou novamente,
740 afirmando que, se a equipe estava fechada, ela não estava completa. **Luciane**
741 **Ituassú** explicou que, para fechar a equipe de Humaitá, não estavam utilizando
742 o articulador, pois essa função seria para a triagem. Detalhou que o Conselheiro
743 Vanderley seria o único articulador, enquanto o Conselheiro André, em
744 observância as necessidades dos outros municípios, sugeriu ficar responsável
745 pelos outros municípios, mas a equipe para Borba e Nova Olinda ainda não
746 estava definida. Mencionou que o administrativo de Humaitá ainda não tinha
747 contratado ninguém para as ações. Para não deixar a equipe prejudicada, e
748 considerando que o apoio administrativo é fundamental para o exercício das
749 funções, o Explicou que, em conversa com a Secretaria, decidiriam disponibilizar
750 uma pessoa para acompanhar a viagem. No entanto, essa pessoa não entraria
751 na folha de pagamento do CETAM, acompanharia a viagem como parte dos
752 servidores da Secretaria. **Vanderley Pinheiro** afirmou que acreditava que o
753 processo estava amadurecendo e que a segunda fase seria ainda melhor e mais
754 proveitosa. Ele mencionou que, com a experiência adquirida, a equipe agora
755 tinha mais sensibilidade e uma visão mais clara da realidade do interior, o que,
756 segundo ele, garantiria o sucesso da próxima fase. Em seguida, sugeriu que
757 seguissem para o próximo ponto da pauta. **O Presidente** sugeriu que
758 aguardassem o retorno do posicionamento de Luciane sobre os municípios. Ele
759 indicou que isso deveria ser considerado como uma sugestão e que a decisão
760 final seria tomada em consenso com os outros conselheiros: "Essa questão do
761 terceiro ponto fica como sugestão, a proposta do Conselheiro Vanderley de
762 aguardar o retorno do posicionamento da senhora sobre os municípios, e, em



seguida, a decisão seria tomada em consenso com os conselheiros." **Luciane Ituassú** informou que mencionaria alguns pontos para os conselheiros levarem em consideração. Ele destacou todos os municípios que haviam sido articulados, que incluíam **Iranduba, Anamã, Silves, Borba, Nova Olinda, Humaitá, Nhamundá e Maués**, a disponibilidade desses municípios para recebê-los seria na próxima semana, entre os dias 27 e 30. Ele ressaltou que precisava verificar a possibilidade de emitir as passagens até, no máximo, a segunda-feira, e pediu que, se possível, os conselheiros se reunissem na segunda-feira, de manhã ou à tarde, para fornecer uma devolutiva até as 15:00. Acrescentou que essa devolutiva era importante para que ele conseguisse inserir as informações no sistema e solicitar as passagens, lembrando que a solicitação não significava a aprovação, devido ao tempo limitado. Também mencionou que, caso não fosse possível atender às datas, seria interessante já comunicar os municípios, a fim de evitar gerar expectativas desnecessárias. **O Presidente** mencionou que havia também a questão da ata a ser considerada, explicando que não seria possível realizar a solicitação da emissão das passagens sem que a ata estivesse pronta. **Luciane Ituassú** explicou que, na véspera, havia conseguido autorização para enviar uma servidora para acompanhar a equipe de Humaitá. Ele mencionou que, na manhã do dia seguinte, já haviam feito a solicitação no sistema, mas, até aquele momento, ainda não haviam obtido uma resposta. Disse que estava aguardando a devolutiva da autorização e que estava cobrando a resposta sempre que possível. **Vanderley Pinheiro** reforçou que, caso não haja um administrativo disponível, ele mesmo assumiria a função de articulador administrativo. Ele afirmou: "Gostaria de reforçar que, se não houver administrativo, farei sua função também de articulador administrativo". **Luciane Ituassú**, então, respondeu de forma descontraída, fazendo um comentário sobre a situação: "Esse ano o senhor tá demais, virou até mestre de cerimônia já". **O Presidente** abordou a questão da heteroidentificação, perguntando se haveria algum problema com isso: Em seguida, ele sugeriu que, como já havia um polo de ata das reuniões anteriores, ficaria mais fácil organizar essa questão. **Luciane Ituassú** mencionou que havia perguntado ao secretário de cultura de Humaitá sobre a predominância de públicos na região, especificamente se havia públicos negros ou indígenas. O secretário respondeu afirmativamente, dizendo que, com certeza, o público predominante são os indígenas. **O Presidente** comentou que conhecia bem a região e os municípios, e afirmou que os parentes da área eram seus conhecidos. **Luciane Ituassú** então informou que o administrativo disponível seria uma servidora, que poderia ser disponibilizada, caso fosse possível. Ela já havia passado por vários setores de prestação de contas, inclusive pelo cadastro, no início do processo. Destacou que ela seria uma pessoa que poderia agregar conhecimento à equipe, afirmando que ela é bem resolutiva e seria um apoio interessante para o trabalho a ser realizado. **O Presidente** perguntou se havia alguém do cadastro disponível ou se era apenas a servidora mencionada. Ele sugeriu que, caso fosse necessário, ela poderia até reverter diretamente para o cadastro. **Luciane Ituassú** respondeu que havia uma pessoa do cadastro, chamada Railan. **Luciane Ituassú** solicitou um

808 instante para esclarecer suas dúvidas. Ele mencionou que, caso recebesse
809 autorização da C até o final do dia, poderia emitir as passagens apenas para
810 Humaitá. **Vanderley Pinheiro** confirmou que estava tudo certo e já confirmado.
811 **Luciane Ituassú** então afirmou que, dependendo da autorização da tarde,
812 informaria os conselheiros e os demais municípios assim que tivesse a resposta.
813 Ele também mencionou que compilaria todas as informações e enviaria por e-
814 mail. **Vanderley Pinheiro** mencionou que a próxima pauta seria sobre a **data da**
815 **nova escuta dos novos editais**. **Luciane Ituassú** iniciou a discussão sobre a
816 pauta explicando que a questão já estava sendo cobrada por alguns conselheiros
817 e que os editais haviam sido enviados para consulta pública. Ele ressaltou que
818 as devolutivas trouxeram várias sugestões, e ficou claro que era necessário
819 conversar novamente com esse público. Comentou que, na reunião anterior, os
820 conselheiros haviam aprovado a disponibilização dos editais em um período
821 posterior ao término das inscrições dos 12 didáticos que estavam em aberto.
822 Diante disso, sugeriu que fosse possível utilizar a primeira semana de dezembro,
823 de 2 a 6 de dezembro, para realizar a escuta. Ele deixou a cargo dos
824 conselheiros a definição da data, questionando se seria possível deliberar a data
825 ainda naquele momento. **Vanderley Pinheiro** informou que passaria a
826 informação para a senhora, juntamente com dados sobre a continuidade das
827 viagens. **O Presidente** comentou que a reunião estava perdendo quórum,
828 incluindo os conselheiros da sociedade civil. **Luciane Ituassú** confirmou que a
829 reunião estava chegando ao fim, e afirmou que incluiria a informação junto com
830 a outra. **Dudson Carvalho** sugeriu que a escuta fosse agendada para a segunda
831 semana de dezembro, pois na primeira semana já estavam programadas várias
832 reuniões, incluindo as do plano. Ele acreditava que seria mais tranquilo realizar
833 a escuta na segunda semana. **Luciane Ituassú** concordou com a sugestão.
834 **Dudson Carvalho** ressaltou que, na segunda semana, os conselheiros já
835 estariam em suas respectivas localidades, o que permitiria que a escuta fosse
836 mais viável, evitando o risco de ficar apertada. **Luciane Ituassú** observou que a
837 proposta de agendar a escuta para a segunda semana de dezembro era uma
838 boa sugestão, pois proporcionaria um intervalo maior e permitiria um trabalho
839 mais focado. Ele destacou que, considerando o grande volume de informações
840 a serem tratadas, esse intervalo maior seria importante para garantir que a
841 reunião fosse mais eficaz, sem se tornar excessivamente cansativa. **Dudson**
842 **Carvalho** concordou com a sugestão e mencionou que na primeira semana
843 existiria uma comissão legislativa a ser trabalhada, o que poderia afetar a
844 disponibilidade dos conselheiros. Ele enfatizou a importância de contar com o
845 100% da força dos conselheiros na segunda semana, para avançar com o
846 processo legislativo, e agradeceu pela compreensão. **Luciane Ituassú** expressou
847 compreensão sobre a sugestão de adiar a escuta para a segunda semana de
848 dezembro. No entanto, ele destacou alguns pontos a serem considerados: ao
849 transferir a atividade para a segunda semana, a abertura dos editais poderia
850 precisar ser postergada para janeiro devido às datas festivas, o que exigiria a
851 publicação em diário oficial, conforme a exigência da imprensa estadual. Ele
852 ressaltou que essa alteração poderia atrasar algumas datas no cronograma, mas

que estava apenas trazendo esses pontos à tona para evitar surpresas no futuro. Também reforçou que entendia a necessidade de adiar a escuta e acreditava que a mudança para a segunda semana permitiria uma abordagem mais tranquila e focada nos assuntos necessários, sem problemas. **Vanderley Pinheiro** iniciou a próxima pauta mencionando uma mudança proposta na plataforma de inscrição dos editais. Ele sugeriu que o item obrigatório para o preenchimento da equipe técnica fosse removido, bem como a exigência de planilhas de orçamento e cronograma. A ideia seria permitir que o proponente inserisse apenas os documentos solicitados em PDF. Destacou que o preenchimento dessas informações estava dificultando o processo para alguns artistas, que estavam enfrentando dificuldades com esse questionário específico do sistema. Ele então questionou se essa era a demanda a ser considerada. **Anne Paiva** começou explicando que, do ponto de vista jurídico e técnico, não havia qualquer problema em relação à proposta de mudança na plataforma de inscrição dos editais, apresentada pelo Conselheiro Vanderley. Ela ressaltou que essa alteração no sistema visava facilitar o processo de inscrição para os artistas, explicando que o novo sistema foi implementado justamente para melhorar a experiência de preenchimento das planilhas orçamentárias, que estavam gerando dificuldades para muitos. Explicou que, originalmente, o preenchimento da planilha exigia que os proponentes informassem dados detalhados, como o valor de cada item, qual seria a unidade e para qual finalidade o item seria utilizado. Porém, muitos artistas enfrentaram dificuldades nesse processo, resultando em um número elevado de reclamações. Alguns proponentes, por exemplo, apenas inseriam números nas planilhas, sem justificar para que os valores seriam destinados. Isso acabou comprometendo a análise das propostas, pois o preenchimento inadequado não permitia entender como o dinheiro seria usado no projeto. Afirmou que a mudança no sistema e a implementação de uma nova planilha com campos obrigatórios foram feitas para que os artistas soubessem exatamente o que precisava ser informado. A ideia era garantir que o preenchimento fosse feito de forma correta, para que fosse possível justificar o uso dos recursos do projeto de maneira clara e precisa, principalmente diante de instâncias como o Ministério da Cultura (MinC) e o Tribunal de Contas da União (TCU), que realizam a auditoria e fiscalização do uso dos recursos públicos. Ela também mencionou que, mesmo com as melhorias, ainda havia um grande número de proponentes que não estavam conseguindo usar a planilha corretamente, o que levou à decisão de inserir uma planilha modelo. No entanto, mesmo com a disponibilização dessa planilha, muitos ainda estavam com dificuldades. Explicou que o objetivo dessa abordagem era garantir que os artistas conseguissem justificar o uso do recurso de forma adequada, evitando problemas futuros, como a inadimplência de contas ou a impossibilidade de receber futuros recursos, como no caso mencionado na reunião anterior de um mestre que não conseguiu receber recursos por estar inadimplente com a prestação de contas de um projeto anterior. Enfatizou que a mudança no sistema não era uma imposição técnica ou jurídica, mas uma tentativa de facilitar o preenchimento das informações pelos

proponentes. Ela também reconheceu que nem todos têm acesso adequado à internet ou a um computador, o que pode dificultar ainda mais o processo para alguns artistas. Por fim, ela afirmou que, caso os conselheiros e a sociedade civil decidissem, poderiam reverter a mudança no sistema e voltar ao formato anterior, onde os proponentes apenas precisavam enviar o PDF da equipe técnica e da planilha. Ela deixou claro que estava disposta a ajustar o processo conforme necessário, destacando que o objetivo principal era facilitar a participação dos artistas no processo, respeitando a acessibilidade e as dificuldades enfrentadas por alguns. **Vanderley Pinheiro** apontou que a ferramenta utilizada para o cadastro de projetos culturais não estava sendo muito benéfica para os participantes, especialmente para os artistas da área cultural. Em seguida, **o Presidente** fez um comentário rápido sobre a questão, mencionando que era importante chegar a um consenso sobre o formulário de envio de projetos. Ele destacou que havia muitas reclamações, principalmente relacionadas ao preenchimento e ao sistema de cadastro, com um número considerável de queixas por parte dos artistas de São Gabriel. Observou que a dificuldade não estava apenas no preenchimento dos formulários, mas também em problemas relacionados à conexão de internet, como interrupções no sistema que causavam perda de informações, forçando os artistas a recomeçarem o processo do início. Ele informou que já havia sido feito um contato com a Dra. Luciane e que encaminhou questões relacionadas a esse problema, com a intenção de esclarecer as dúvidas dos artistas e buscar soluções. Também sugeriu que esse tema fosse discutido em uma reunião ordinária para que, com a participação dos conselheiros mais experientes na área, fosse possível encontrar soluções para melhorar a ferramenta e o processo de cadastro. Ele enfatizou a necessidade de se trabalhar juntos para atender melhor os artistas e produtores culturais, buscando uma forma mais eficiente de lidar com essas questões técnicas. **Luciane Ituassú** comentou sobre os problemas enfrentados pelos fazedores de cultura de São Gabriel, especialmente no que se refere ao cadastro de projetos. Ela relatou que alguns artistas, como Roni Alves, um fotógrafo da região, entraram em contato com ela devido a dificuldades no processo. Compartilhou um feedback sobre as reclamações, sugerindo que muitas das dificuldades poderiam ser atribuídas a falta de atenção dos usuários ao preencher o sistema. Ela explicou que, em alguns casos, os artistas deixavam de preencher campos obrigatórios ou não faziam a leitura completa das instruções. Quando os técnicos do cadastro ajudavam os artistas, muitas vezes o problema era resolvido facilmente ao apontar esses campos ausentes. Ressaltou que a maioria das dificuldades não estava relacionada ao sistema em si, mas ao manuseio inadequado por parte dos usuários, que, por não estarem familiarizados com a tecnologia, enfrentavam problemas de acesso. Finalizou dizendo que, embora esses problemas estivessem ocorrendo, a equipe estava conseguindo resolvê-los e que o principal desafio estava na falta de familiaridade de alguns artistas com o uso da plataforma e da tecnologia. **Anne Paiva** abordou a questão da dificuldade de acesso e manuseio dos sistemas digitais por parte de alguns fazedores de cultura, reconhecendo que muitos enfrentam desafios ao

lidar com plataformas online. Ela mencionou que, embora exista uma resistência ao uso de tecnologia, todos os sistemas atualmente são informatizados, incluindo benefícios previdenciários e outros serviços, o que exige que as pessoas se adaptem ao uso da internet para garantir a transparência dos dados. Explicou que, apesar das dificuldades, a Secretaria tem trabalhado para oferecer apoio, incluindo números de telefone e vídeos explicativos, para ajudar na resolução de problemas de preenchimento dos formulários. No entanto, ela também reconheceu que algumas pessoas podem não ser capazes de aprender a usar a tecnologia até o fim do processo, e a Secretaria está pensando em soluções para o próximo ano que possam atingir um público mais amplo, considerando a implementação de ferramentas alternativas. Ela mencionou a possibilidade de editais simplificados para valores menores (como até R\$20.000 ou R\$30.000) como uma forma de facilitar o acesso. Além disso, incentivou os conselheiros a compartilhar inovações ou soluções que possam ajudar a melhorar os processos, destacando que a intenção é atender a todos, mas dentro das limitações e regras necessárias. **Vanderley Pinheiro** expressou a necessidade de ser incluído no processo de lançamento de sistemas relacionados aos editais. Ele mencionou que, até o momento, isso não tem ocorrido, e sugeriu que, no futuro, os sistemas sejam apresentados ao conselho antes de serem oficialmente lançados. Enfatizou que isso permitiria ao conselho observar os processos e contribuir de forma mais eficaz. **Anne Paiva** respondeu ao conselheiro Vanderley, informando que, em uma reunião recente com a equipe de TI, foi discutido o desenvolvimento dos sistemas para os próximos quatro editais. Explicou que a ideia é envolver o conselho no processo de teste desses sistemas, permitindo que eles preencham as plataformas para identificar pontos que possam não estar claros. Destacou que, embora o conselho participe como teste, não será permitido divulgar informações externas durante esse processo. Concluiu agradecendo pela colaboração. **O Presidente** após concluir a discussão do quinto ponto da pauta, iniciou a parte final da reunião. Ele pediu à equipe de apoio que encaminhe as deliberações a SEC e repasse aos membros titulares e suplentes. Assim, sem mais pautas, deu a ordem do dia por encerrada e passou para os **ASSUNTOS GERAIS**, convidando os presentes a se manifestarem sobre temas não deliberativos. Ele estabeleceu um prazo de até dois minutos para cada intervenção. **Wellisson Batista** compartilhou uma experiência em Presidente Figueiredo, onde a comunidade local enfrentou grandes dificuldades devido à falta de apoio do governo municipal, que havia perdido a eleição. Ele mencionou que, apesar de não haver suporte oficial, a sociedade civil organizada foi fundamental para a realização de uma ação de busca ativa. Explicou que, devido à ausência de apoio institucional, ele não conseguiu trazer o questionário sobre o CPF da cultura do município, que havia planejado, pois não havia representantes do poder público para colaborar, e a presença deles teria gerado uma possível confusão devido à insatisfação da população local com a gestão municipal. **O Presidente** compartilhou uma experiência relacionada à **equipe 5**, que abrangeu as regiões do **rio Negro**, incluindo os municípios de **São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos**. Ele

988 mencionou que, inicialmente, **não houve apoio da prefeitura de São Gabriel**,
989 mas graças a **articulações com organizações indígenas**, a equipe conseguiu
990 um espaço na sede da **FOIRN** (Federação das Organizações Indígenas do Rio
991 Negro). Expressou sua gratidão às organizações indígenas dessas localidades,
992 ressaltando que não recebeu nenhum apoio do poder público municipal, e que a
993 única ajuda foi o fornecimento de um espaço em Santa Isabel. Todo o suporte
994 necessário para a realização da atividade foi providenciado pelas articulações
995 feitas com as organizações indígenas da região. Ele pediu que sua fala fosse
996 registrada em ata e perguntou se alguém mais gostaria de se manifestar sobre
997 o tema. Após isso, encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e
998 solicitando que a ata fosse providenciada e encaminhada para os membros para
999 leitura e aprovação, com posterior arquivamento na Secretaria Geral do CONEC.
1000 Ele finalizou com um agradecimento a todos que estiveram presentes até aquele
1001 momento.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO
LUDIMAR NUNES GONÇALVES

Presidente – 7ª Sessão extraordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA
VANDERLEY PINHEIRO

Secretário Geral – 7ª Sessão extraordinária

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA REMOTA:

1. Candido Jeremias Cumarú Neto – Secretário de Cultura;
2. Álvaro Serrão Monteiro – Titular – Representante da cadeira de Literatura;
3. Bjarne Lima Furtado – Titular – Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
4. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular – Representante da Secretaria da Fazenda;
5. Dudson Campos Carvalho – Titular – Representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
6. Elson Silva da Rocha – Titular – Representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
7. Érica dos Santos Nascimento Cintra – Titular – Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus;
8. Jordania Damasceno Galdino – Titular – Representante da cadeira de Teatro;
9. Lucimar Bezerra Marques – Titular – Representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
10. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular – Representante da cadeira de Cultura Indígena;
11. Marcos André Durand Pereira – Titular – Representante da cadeira de Dança;
12. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular – Representante da cadeira de Música;
13. Priscila Sena de Souza – Titular – Representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
14. Roberto Sá Gomes – Titular – Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;

15. Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular – Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
16. Vanderley Pinheiro – Titular – Representante da cadeira de Circo;
17. Wellisson Brito Batista – Titular – Representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

18. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;
19. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;

CONVIDADOS:

20. Thiago Hermido;

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

21. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa Equipe CONEC;
22. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico Equipe CONEC;
23. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

ELABORAÇÃO DA ATA:

24. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

25. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
26. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

27. Eduardo Farias de Souza – Estagiário Equipe CONEC.